

FONTE : GM

DATA : 1 3 80

CLASS. : 07

PG. : 4

Destruição na Amazônia, um problema mundial

do Financial Times (*)

A destruição da floresta amazônica foi intensamente debatida a nível de público, nesta semana, num encontro organizado por grupos indígenas em Altamira, no coração da região.

A situação da floresta reúne todos os elementos que se mesclam no conflito entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente. E, por sua magnitude, impõe-se com um impacto que afeta não só o Brasil mas todo o resto da humanidade. A bacia amazônica constitui-se na maior extensão de floresta tropical (úmida e chuvosa) do mundo. Sua importância para o ecossistema mundial é, há muito, reconhecida, mas só recentemente começou-se a apreciar, em toda a sua complexidade, a devastação da floresta e suas implicações em tópicos como o equilíbrio do dióxido de carbono na atmosfera terrestre.

O desmatamento ganhou um ritmo acelerado, pela combinação do desenvolvi-

mento industrial (energia hidrelétrica e projetos como o de extração do minério de ferro de Carajás), exploração indiscriminada da madeira, prática de queimadas e derrubadas por parte de camponeses sem terra e "limpeza" do terreno por grandes fazendeiros. A floresta está desaparecendo mais depressa do que a capacidade humana em fazer um levantamento de seus recursos (em especial, recursos medicinais).

A devastação da floresta gera a erosão, que destrói os ciclos nutrientes, aumenta as inundações e altera os padrões pluviométricos. É deteriora, ainda, o ambiente natural das populações indígenas nativas, em extinção. Além disso tudo, há o efeito nefasto sobre a camada de ozônio e sobre o clima mundial.

O governo não gostou. O governo brasileiro não gosta — o que é compreensível — que lhe digam como gerir seus próprios recursos, em especial quando uma porção bastante considerável da riqueza dos países

industrializados foi construída à custa do meio ambiente. Ainda hoje, o debate que se trava na Europa sobre a chuva ácida vem demonstrando como os governos são sensíveis à pressão externa em questões tradicionalmente consideradas soberanas, ou simplesmente corporativas. Mas Brasília demorou demais para perceber até onde a comunidade internacional acredita em que também o Brasil tenha interesse no desenvolvimento da bacia amazônica. Ao mesmo tempo, a reação brasileira foi simplória demais, escudada atrás dum a parede de nacionalismo.

Nada pode ser feito sem a colaboração do governo brasileiro, e por isso vai ser necessária uma diplomacia sensível. Governos e instituições internacionais podem começar a retirar a iniciativa dos grupos de pressão ambiental, primeiro, compilando informações autorizadas sobre a destruição da Amazônia, e, depois, pela ação. Até agora, praticamente todo o

trabalho de sensibilização da opinião pública foi desenvolvido pelos lobistas ambientais.

A política oficial. Isto vai implicar o reconhecimento, por parte dos governos ocidentais, de que o meio ambiente já não é um tema marginal, mas constitui, isto sim, tema de política oficial, o que a primeira-ministra britânica parece já ter feito. Se países em desenvolvimento como o Brasil tiverem de ser ajudados, vão precisar de fundos e tecnologia, que os países industrializados têm mais condições de lhes oferecer. Aqui, a questão liga-se indissoluvelmente à situação econômica do Brasil e à carga de sua dívida externa. No Brasil — tal como noutros países em desenvolvimento — a proteção ambiental afigura-se um luxo dispendioso, quando tem por parâmetros as exigências do crescimento econômico, política e socialmente muito mais prementes. A destruição da Amazônia radica-se profundamente na pobreza do Brasil, e qualquer tipo de

assistência internacional tem de levar isso em conta.

Os países industrializados têm de reconhecer ainda dois outros pontos. Primeiro, não existe apenas uma necessidade moral, mas também prática, de compensar generosamente o Brasil pelo custo que ele está sendo convidado a pagar pelo bem do mundo como um todo. O perdão ou alívio da dívida, como contribuição à conservação do meio ambiente, é uma sugestão sensata. Em segundo lugar, o Brasil é um país de fronteiras, onde os decretos do governo central muitas vezes tornam-se absolutamente sem efeito, pela impossibilidade de policiar o vasto interior. Os países industrializados devem, portanto, oferecer ao governo brasileiro toda e qualquer ajuda de que ele necessite para garantir que existam incentivos à conservação e ao policiamento, onde eles são realmente importantes — no solo.

(*) Editorial principal do jornal londrino, publicado no dia 23 último.